INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

ESTADO DO AMAZONAS

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIN III
Bacia do Igarapé do São Raimundo**

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o ESTADO DO AMAZONAS (a seguir denominado “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada “Fiador”).

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 2676/OC-BR, celebrado no dia 16 de março de 2012 entre o Banco e o Mutuário (a seguir denominado “Contrato”), para cooperar na execução do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIN III (a seguir denominado “Programa”):

1. O texto do paragrafo terceiro (3) da introdução das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“3. ÓRGÃO EXECUTOR”

A execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), a seguir denominado indistintamente “Mutuário” ou “Órgão Executor.”

2. O texto da Cláusula 6.04 das Disposições Especiais do Contrato, referente ao endereço postal para assuntos relacionados com a execução do Programa, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Endereço postal para assuntos relacionados com a execução do Programa:

Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE
Rua Jonathas Pedrosa, 659 - Centro
Manaus, Amazonas
CEP – 69020-055”

3. Acorda-se o remanejamento de recursos entre categorias de gastos do Programa, passando, portanto, o quadro de custos e financiamento sob o parágrafo 3.1 do Anexo A do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“Custo e Financiamento
(em milhares de US\$)

Categorias	Em milhares de US\$			Em percentagem		
	Banco	CP	Total	Banco	CP	Total
I Engenharia e administração	18.898	33.275	52.173	36%	64%	13%
1.1 Unidade executora	1.828	6.052	7.880	23%	77%	2,0%
1.2 Apoio à gestão, supervisão	8.572	27.223	35.795	24%	76%	8,9%
1.3 Estudos complementares	8.498	0	8.498	100%	0%	021%
II Custos diretos	247.126	57.647	304.773	81%	19%	76,2%
2.1 Melhorias ambientais urbanas e habitacionais	239.688	57.647	297.335	81%	19%	74,3%
2.2 Desenvolvimento institucional	7.438	0	7.438	100%	0%	1,9%
III Custos concorrentes	2.500	0	2.500	100%	0%	0,6%
3.1 Auditoria, Avaliação e Monitoramento	2.500	0	2.500	100%	0%	0,6%
IV Custos financeiros	0	10.000	10.000	0%	100%	2,5%
V Imprevistos (contingências)¹	11.476	19.078	30.554	38%	62%	7,6%
Total	280.000	120.000	400.000	70%	30%	100%

”

4. Os textos dos parágrafos 4.01, 4.02, 4.03, 4.04 e 4.05 do Anexo A do Contrato, passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.01 O Mutuário executará o Programa por intermédio da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM).

4.02 A UGPE é responsável pela coordenação, execução, acompanhamento, avaliação e monitoramento e o cumprimento dos prazos e metas acordados para o Programa. O Regulamento Operacional do PROSAMIM (ROP) se aplicará à execução desta operação.

4.03 A UGPE contratará uma empresa para apoiar a gestão por todo o período de execução, a qual compete, principalmente: (i) planejamento e programação físico-financeira do Programa, inclusive atividades de acompanhamento e controle; (ii) execução contábil-financeira do Programa; e (iii) obtenção das licenças ambientais.

4.04 A UGPE contratará uma empresa encarregada de supervisionar as obras, competindo-lhe, principalmente: (i) acompanhamento físico da execução das obras em conformidade com os projetos; (ii) controle de qualidade das obras; (iii) medição física das obras; (iv) acompanhamento físico-financeiro; (v) elaboração dos relatórios mensais e final de recebimento das obras; e (vi) acompanhamento da execução do Plano de Controle Ambiental de Obras, do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), do Plano Diretor de Reassentamento (PDDR) e dos Planos de Reassentamento, e das normas de saúde e segurança do trabalho, aplicáveis às obras.

¹ O montante contemplado para imprevistos poderá ser utilizado para as outras categorias de custos do Programa.

4.05 A UGPE deverá executar e operar o Programa de acordo com:

- (a) o Regulamento Operacional do Programa;
- (b) o PGAS atualizado, incluindo o Plano de Ação aprovado pelo Banco contendo as recomendações da auditoria sócio-ambiental, bem como apresentar relatório anual relativo a sua execução;
- (c) o PDDR e os Planos de Reassentamento aprovados pelo Banco, bem como apresentar relatório anual relativo a sua execução;
- (d) as autorizações ambientais pertinentes, incluída a licença de instalação;
- (e) as recomendações dos estudos para implantação da tarifa social/fundo de saneamento;
e
- (f) as recomendações do Plano Diretor de Esgoto validado pela Agência Reguladora do Estado.”

5. Acorda-se a introdução dos seguintes parágrafos no capítulo IV do Anexo A do Contrato:

“**4.06** Para a execução das atividades de fortalecimento institucional referidas no Componente 2 do Programa, a UGPE poderá efetuar repasses de recursos do Programa (em caráter não reembolsável) às seguintes entidades: Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULSP), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) e Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

4.07 O repasse de recursos a cada uma das entidades mencionadas no parágrafo 4.06 acima estará sujeito a que a UGPE tenha assinado, em termos satisfatórios para o Banco, um convênio ou termo de cooperação com a entidade respectiva, a fim de estabelecer os termos do repasse de recursos e a responsabilidade de ambas as partes na execução das atividades a serem financiadas com tais recursos.”

ARTIGO SEGUNDO

Para os efeitos deste Instrumento de Alteração Contratual, os termos iniciados com maiúsculas utilizados neste Instrumento de Alteração Contratual terão os respectivos significados a eles atribuídos no Contrato.

ARTIGO TERCEIRO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato de Empréstimo Nº 2676/OC-BR, o qual permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações acima previstas.

ARTIGO QUARTO

O Fiador manifesta expressamente sua integral concordância com todas as disposições deste Instrumento de Alteração Contratual.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, o Mutuário e o Fiador, cada qual agindo por intermédio do seu representante devidamente autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das três assinaturas conforme indicado abaixo.

ESTADO DO AMAZONAS

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

/A/

/A/

José Melo de Oliveira
Governador

Daniela Carrera-Marquis
Representante do Banco no Brasil

Data: 23 de DEZEMBRO de 2015

Data: 16 de DEZEMBRO de 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

/A/

Nome: Maurício Cardoso Oliva

Procurador(a) da Fazenda Nacional

Data: 14 de JANEIRO de 2016